

Liderança econômica de São Paulo não se reflete em indicadores sociais e urbanísticos

São Paulo mantém posição de destaque quanto à sua importância em relação às cidades mais populosas do país, quando se analisam algumas variáveis mais fortemente influenciadas pela dinâmica macroeconômica. O enorme potencial econômico da cidade, contudo, não se traduz com a mesma força em importantes indicadores sociais e urbanísticos que medem a qualidade de vida de seus habitantes.

Para analisar esta questão, selecionou-se um conjunto de indicadores que permitem comparar São Paulo com as demais 15 cidades brasileiras que já ultrapassaram a marca de um milhão de habitantes (1). Evidentemente, ao se tratar de São Paulo em perspectiva comparada com outras cidades, duas ordens de fatores não podem ser esquecidas, sob o risco de interpretação equivocada do que os números podem revelar.

Em primeiro lugar, estão os fatores relacionados à magnitude dos dados, a respeito dos quais é preciso lembrar que no caso da capital paulista as ordens de grandeza são sempre muito superiores aos demais centros urbanos brasileiros. A respeito, basta mencionar que seus 11,4 milhões de habitantes representam um contingente populacional praticamente equivalente à somatória de Rio de Janeiro, Salvador e Brasília, as três cidades mais populosas do país além de São Paulo (IBGE, 2012).

Em segundo lugar, é importante observar que, apesar da recente tendência de desconcentração econômica, a própria trajetória de desenvolvimento do país foi, historicamente, caracterizada por profundas desigualdades regionais, especialmente aquelas decorrentes da concentração da atividade industrial nos anos 40, 50 e 60 do século XX na região ao redor da capital paulista. Sem deixar de ter isso em conta, o uso de indicadores comparativos para as grandes cidades brasileiras pode situar algumas dimensões da realidade paulistana no cenário nacional.

Indicadores econômicos

Em 2009, ano mais recente para o qual o IBGE publicou dados relativos ao Produto Interno Bruto – PIB dos municípios brasileiros, as 16 cidades mais populosas concentravam 21,6% da população do país e foram responsáveis por 34,4% do PIB nacional (IBGE, 2011c). O PIB do município de São Paulo atingiu naquele ano a cifra de R\$389,3 bilhões, representando 12,0% do PIB brasileiro, quando na cidade residiam apenas 5,8% da população do país. O município que mais se aproximou deste montante foi o Rio de Janeiro, com um PIB de R\$175,7 bilhões (5,8% do país), e participação de 3,2% na população brasileira.

A tabela 1 evidencia que, entre as cidades com mais de um milhão de habitantes, o PIB per capita paulistano (R\$35,3 mil) é superado apenas pelo de Brasília (R\$50,4 mil). Neste caso, o valor adicionado é fortemente alavancado pelo setor “administração, saúde e educação públicas e seguridade social”, que representa 49,0% do PIB do Distrito Federal, enquanto em São Paulo este mesmo setor representa apenas 6,2%. Comparativamente aos demais municípios, o PIB municipal per capita de São Paulo supera o de Campinas em 18,6%, o do Rio de Janeiro em 24,2%, e o de Porto Alegre em 34,1%, e ultrapassa o dobro dos valores apurados para outros sete municípios.

Alguns indicadores relacionados ao emprego também refletem a força econômica da cidade. Como se sabe, a manutenção de um cenário de crescimento econômico vem gerando um expressivo impacto na formalização das relações de trabalho. Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED (Ministério do Trabalho e Emprego, 2012), e considerado apenas o setor privado, nos últimos cinco anos foram criados mais de 7,8 milhões de empregos formais no país, correspondendo a uma expansão de 26,7% entre 2007 e

2012. No conjunto das 16 cidades mais populosas, a expansão foi proporcionalmente maior (crescimento de 28,8%), com acréscimo de 2,9 milhões de postos ao mercado formal de trabalho. Elas concentram hoje quase 13,0 milhões (ou 35,0%) dos 37,1 milhões de empregos formais contabilizados pelo CAGED (2).

Em São Paulo, no mesmo período ocorreu um acréscimo que superou um milhão de novos postos de trabalho, de forma que em janeiro de 2012 o “estoque” de empregos formais na cidade chegou a quase 4,2 milhões. O mercado de trabalho paulistano, porém, chama a atenção não apenas pelo seu peso, com um estoque de empregos formais que é mais que o dobro do Rio de Janeiro, mas também pela sua taxa de expansão nos últimos cinco anos (32,4%), que mesmo em um contexto de desconcentração regional da economia, foi superada apenas por duas cidades do Nordeste (Fortaleza e Recife) e uma do Sudeste (Belo Horizonte), mostrando-se mais dinâmico que o de todas as demais cidades com mais de um milhão de habitantes.

Dessa forma, a empregabilidade na cidade (53,1%), medida aqui como a proporção do estoque de empregos formais (excluída a administração pública) em relação à população em idade ativa (PIA), é superada atualmente apenas pela verificada nos municípios de Belo Horizonte (60,3%), Porto Alegre (55,3%) e Curitiba (55,0%), sendo

maior que a dos outros 12 municípios analisados, entre os quais a empregabilidade no mercado formal varia entre o mínimo de 13,4% (São Gonçalo) e o máximo 49,9% (Campinas).

Outro indicador que reflete a força econômica da cidade, sobretudo por potencializar o poder público municipal na provisão de serviços e políticas públicas em âmbito local, é a receita municipal per capita. Em 2011, o município de São Paulo totalizou uma receita correspondente a cerca de R\$32,1 bilhões. Além de, obviamente, superar a receita de todos os demais municípios brasileiros, o valor é maior que o de 22 Estados da federação e que o do Distrito Federal – somente os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul superaram a receita municipal paulistana (Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, 2012a e 2012b).

Como mostra a tabela 1, considerada em termos per capita, a receita municipal paulistana (R\$2.835) em 2011 foi superada apenas pela de Porto Alegre (R\$2.923) e de Curitiba (R\$2.877), situando-se em patamar ligeiramente superior à do Rio de Janeiro, Campinas, e Belo Horizonte. Comparativamente, estes seis municípios contam com receitas expressivamente mais elevadas que os outros nove municípios, entre os quais a receita municipal per capita ficou, em 2011, entre R\$761 (São Gonçalo) e R\$2.061 (Guarulhos).

Tabela 1 - População e indicadores econômicos selecionados – 16 municípios com mais de um milhão de habitantes – Brasil: 2012

Municípios	População (milhares) ¹	PIB per capita (R\$) ²	Empregos formais – setor privado ³			Receita municipal per capita (R\$) ⁴
			Estoque (milhares)	Expansão nos últimos 5 anos (%)	Empregos / PIA (%)	
São Paulo	11.376,7	35.272	4.195,1	32,4	53,1	2.835
Rio de Janeiro	6.390,3	28.406	2.003,8	25,9	45,8	2.804
Salvador	2.711,0	10.949	606,0	25,0	31,3	1.340
Brasília	2.648,5	50.438	711,1	17,4	38,9	-- ⁵
Fortaleza	2.500,2	12.688	603,2	37,9	35,2	1.631
Belo Horizonte	2.395,8	18.183	1.021,6	33,3	60,3	2.698
Manaus	1.861,8	23.286	400,3	24,8	32,9	1.381
Curitiba	1.776,8	24.720	690,2	28,3	55,0	2.877
Recife	1.555,0	15.903	505,2	37,0	47,0	1.882
Porto Alegre	1.416,7	26.312	542,0	27,7	55,3	2.923
Belém	1.410,4	11.496	256,0	21,2	26,5	1.356
Goiânia	1.333,8	16.682	407,8	28,7	43,2	2.018
Guarulhos	1.244,5	24.994	319,8	23,0	37,6	2.061
Campinas	1.098,6	29.732	386,1	23,5	49,9	2.759
São Luís	1.039,6	15.382	228,0	24,2	31,9	1.804
São Gonçalo	1.016,1	9.699	94,7	21,7	13,4	761

Fontes dos dados primários e notas

1) IBGE, 2012. Estimativa relativa ao ano de 2012.

2) IBGE, 2011(c). Dados relativos a 2009, em valores nominais.

3) IBGE, 2011(a); IBGE, 2012; Ministério do Trabalho e Emprego, 2012. Não foram considerados os dados relativos ao setor “administração pública”.

O estoque de empregos reflete a posição em janeiro de 2012. A taxa de expansão nos últimos cinco anos compara os estoques em janeiro de 2007 e janeiro de 2012. Para a PIA, os 16 anos foram considerados como a idade inicial já que a legislação brasileira só permite o trabalho de adolescentes de 14 e 15 anos na condição de aprendizes.

4) IBGE, 2011(b); Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, 2012b.

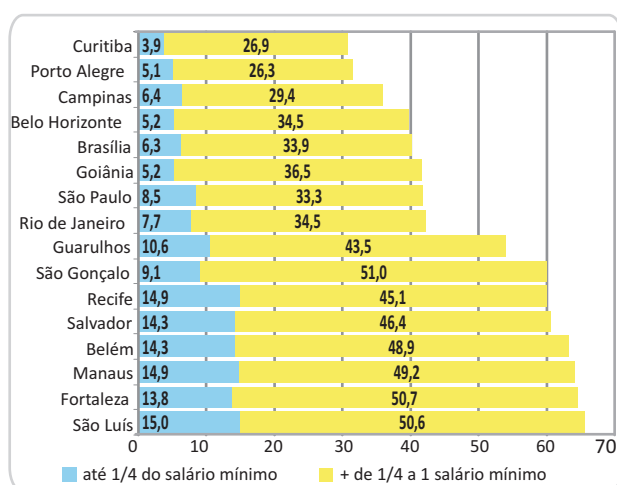
5) Em 2011, a receita per capita do Distrito Federal correspondeu a R\$5.310.

Indicadores sociais

Se, no plano econômico e dos recursos orçamentários, o município de São Paulo ocupa posição vantajosa comparativamente às demais cidades com mais de um milhão de habitantes, o mesmo não se pode afirmar quanto a alguns indicadores sociais.

Do total de aproximadamente 3,6 milhões de domicílios particulares permanentes existentes em São Paulo em

Gráfico 1 - Percentual de domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita inferior a 1 salário mínimo - 16 municípios mais populosos - Brasil: 2010



Fonte: IBGE, 2011(a).

2010, em quase 1,5 milhão, as famílias viviam com rendimentos de no máximo um salário mínimo por membro da família. Conforme evidencia o gráfico 1, há oito cidades (seis nas regiões Norte e Nordeste, e duas na região Sudeste) nos quais mais de 50% das famílias estão situadas nesta faixa de rendimento.

Mas, na comparação com as demais sete cidades, o percentual de domicílios na faixa de renda de até um salário mínimo por morador observado em São Paulo (41,2%), é ligeiramente inferior apenas ao do Rio de Janeiro (42,2%), superando o verificado em Goiânia, Brasília, Belo Horizonte, Campinas, Porto Alegre e Curitiba. Se adotado como parâmetro de comparação o percentual de domicílios com rendimento de até ¼ de salário mínimo por membro da família, o valor observado em São Paulo (8,5%) é mais elevado que o de todas estas mesmas cidades, inclusive o do Rio de Janeiro (7,7%), representando mais que o dobro do verificado em Curitiba (3,9%).

A tabela 2 apresenta outros indicadores sociais. Entre eles, o relativo à mortalidade por causas externas na faixa de 15 a 29 anos de idade é o único no qual São Paulo apresenta um índice (63,2 por 100 mil habitantes) melhor situado que os demais municípios. Nesta variável as

Tabela 2 - Indicadores sociais selecionados – 16 municípios com mais de um milhão de habitantes – Brasil: 2010

Municípios	População moradora em aglomerados subnormais ¹	Moradores em domicílios semi-adequados ou inadequados ²	Proxy da taxa de mortalidade infantil ³	Mortalidade por causas externas na população infanto-juvenil ⁴	Trabalho infantil ⁵	
					Evolução 2000-2010	Incidência em 2010
São Paulo	11,4	6,7	11,7	63,2	28,6	4,6
Rio de Janeiro	22,2	6,7	11,9	99,6	29,9	3,0
Salvador	33,1	9,4	10,9	207,2	-5,2	4,6
Brasília	5,2	13,2	9,5	95,7	69,7	4,1
Fortaleza	16,2	31,5	7,7	150,4	5,6	5,0
Belo Horizonte	13,0	5,3	7,8	106,3	6,5	4,6
Manaus	16,4	50,9	14,0	132,3	55,2	5,2
Curitiba	9,3	4,0	8,6	129,4	39,0	6,2
Recife	22,8	36,2	8,7	147,3	-26,5	3,1
Porto Alegre	13,8	6,8	9,3	106,1	3,2	3,9
Belém	54,5	47,0	12,1	176,8	-2,7	4,2
Goiânia	0,3	29,4	10,0	109,6	15,6	8,7
Guarulhos	17,7	7,6	12,8	76,8	29,6	4,6
Campinas	13,8	8,1	11,1	64,4	13,7	4,8
São Luís	23,0	46,1	11,5	119,1	13,2	4,3
São Gonçalo	1,3	32,8	13,9	124,3	13,8	3,2

Fontes dos dados primários e notas

1)IBGE, 2011a.
2)IBGE, 2010b. Domicílios “semi-adequados” são aqueles em que seja inadequado pelo menos um dos seguintes serviços: rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgoto, coleta de lixo. Os “inadequados” são aqueles com “abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma, e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino”. As taxas apresentadas são referentes ao percentual de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes de ambos os tipos.
3)IBGE, 2011a. Expressa o número de óbitos de pessoas com menos de 1 ano ocorridos de agosto de 2009 a julho de 2010 por grupo de mil nascidos vivos que haviam residido com moradores dos domicílios particulares permanentes.
4)Ministério da Saúde, 2012. Número de óbitos por causas externas da população de 15 a 29 anos por grupo de 100 mil habitantes na mesma faixa etária.

5)Cálculos elaborados a partir de dados dos censos demográficos de 2000 e de 2010, que expressam o número de pessoas de 10 a 15 anos de idade, ocupadas na semana de referência, extraídos de <http://www.censo2010.ibge.gov.br/trabalho infantil/index.html> (acesso em: 23 jul. 2012). A evolução 2000-2010 expressa as taxas de crescimento (ou retração) calculadas a partir dos números absolutos. A incidência em 2010 é o percentual de pessoas que trabalhavam na faixa etária em questão.

diferenças são muito acentuadas: há cinco cidades (Belém, Fortaleza, Recife, Manaus e Curitiba) com índices que superam o dobro do verificado em São Paulo, e um caso (Salvador) no qual o índice é mais que o triplo (207,2) do paulistano.

Em outros dois indicadores alguns poucos municípios apresentam taxas melhores que a paulistana. O percentual de moradores em domicílios semi-adequados ou inadequados em Curitiba (4,0%) e em Belo Horizonte (5,3%) é menor que em São Paulo (6,7%). Já o percentual de moradores em aglomerados subnormais em São Paulo (11,4%) é maior que o verificado em Goiânia, São Gonçalo, Brasília e Curitiba (IBGE, 2010b).

Em relação à mortalidade infantil, em 2010 a taxa verificada para São Paulo (11,7 por mil) foi superior às verificadas em outros 10 municípios, nos quais variou entre o mínimo de 7,7 (Fortaleza) e o máximo de 11,5 por mil (São Luís).

Quanto ao trabalho infantil, apesar da tendência de queda verificada na última década para o conjunto do país, na maior parte das grandes cidades verificou-se o contrário. No conjunto das 16 cidades com mais de um milhão de habitantes, o número absoluto de crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 15 anos trabalhando passou de 145,6 mil em 2000 para 174,5 mil em 2010,

resultando em um crescimento de 19,9% neste período. Salvador, Recife e Belém foram as únicas nas quais ocorreu queda no trabalho infantil. No mesmo período, o aumento do número de crianças e adolescentes de 10 a 15 anos trabalhando em São Paulo (28,6%) só não foi maior que o ocorrido em outros cinco dos municípios analisados.

Com esse crescimento, em 2010 a incidência de trabalho infantil na mencionada faixa etária em São Paulo (4,6%) era maior que a verificada em outras sete cidades – Rio de Janeiro (3,0%), Recife (3,1%), São Gonçalo (3,2%), Porto Alegre (3,9%) Brasília (4,1%), Belém (4,2%) e São Luís (4,3%).

Indicadores urbanísticos

No Censo Demográfico de 2010, o IBGE levantou um conjunto de informações relativas às características urbanísticas do entorno dos domicílios particulares permanentes (IBGE, 2010b). A tabela 3 apresenta, para um conjunto de 10 variáveis, as taxas relativas à quantidade de moradores em domicílios nos quais foram identificadas condições inadequadas quanto ao seu entorno, para as 16 cidades mais populosas do país.

São Paulo apresenta taxas comparativamente bem situadas quanto ao percentual de domicílios no entorno

Tabela 3 - Indicadores urbanísticos – 16 municípios com mais de um milhão de habitantes – Brasil: 2010

Municípios	% de moradores em domicílios particulares permanentes no entorno dos quais ...									
	... não existe ¹								... existe ¹	
	Identificação do logradouro	Iluminação pública	Pavimentação	Calçada	Meio-fio / guia	Bueiro / boca de lobo	Rampa para cadeirante	Arborização	Esgoto a céu aberto	Lixo depositado nos logradouros
São Paulo	8,0	2,7	3,3	7,6	6,9	49,3	92,5	26,3	4,4	4,5
Rio de Janeiro	17,2	4,5	7,0	13,4	11,3	16,8	92,6	29,8	5,6	4,9
Salvador	18,6	3,6	10,3	37,9	38,8	57,0	98,1	61,1	5,2	4,9
Brasília	37,9	1,9	7,4	23,3	9,0	34,6	86,3	65,1	4,2	4,2
Fortaleza	37,4	2,1	10,4	17,3	28,1	83,8	98,5	25,1	20,0	7,8
Belo Horizonte	19,7	1,2	2,1	6,8	5,3	56,0	91,6	18,4	1,6	3,0
Manaus	57,3	4,5	6,7	49,1	22,8	54,4	97,8	76,0	20,6	6,5
Curitiba	6,8	3,8	6,1	35,7	22,7	16,6	88,8	24,5	2,9	6,2
Recife	39,9	3,0	19,9	26,6	24,9	47,3	95,8	40,9	17,6	5,8
Porto Alegre	37,0	7,4	14,7	27,6	20,8	25,6	80,0	20,3	6,3	7,1
Belém	65,9	6,2	31,1	50,1	47,7	47,5	97,4	78,8	45,0	10,6
Goiânia	6,1	0,4	2,2	12,3	2,8	47,9	90,8	11,0	0,5	2,7
Guarulhos	10,9	3,6	9,1	10,4	7,9	63,3	97,9	27,7	3,9	4,9
Campinas	12,0	2,0	11,7	14,6	12,6	41,6	95,3	11,3	6,2	4,1
São Luís	38,0	2,6	24,0	35,0	40,3	83,5	98,4	67,8	34,6	6,3
São Gonçalo	45,9	4,5	39,4	47,2	41,6	65,4	95,7	65,1	19,4	14,7

Fontes dos dados primários e notas: (1) IBGE, 2010b. Os percentuais foram calculados excluindo-se os dados referentes aos domicílios "sem declaração" em cada uma das variáveis.

dos quais foi constatada a inexistência de “identificação do logradouro” (8,0%), “pavimentação” (3,3%), “calçada” (7,6%), e “meio-fio / guia” (7,6%). Goiânia e Belo Horizonte se destacam ainda mais positivamente, apresentando taxas menos elevadas que a paulistana em três destes quatro indicadores.

Quanto às demais variáveis urbanísticas, as taxas situam São Paulo em posição desvantajosa em relação a um número maior de cidades.

Este é o caso do percentual de moradores em domicílios com lixo depositado nos logradouros, mais elevado em São Paulo (4,5%) que em quatro outras cidades. A taxa paulistana de moradores em domicílios com esgoto a céu aberto (4,4%) é mais elevada que a verificada em cinco das cidades citadas. Quanto ao percentual de moradores em domicílios situados em locais sem “iluminação pública”, o índice em São Paulo (2,7%) é maior que o de

seis cidades. Conforme mostra a tabela 3, a posição da cidade comparativamente às demais não é melhor em relação à inexistência, no entorno dos domicílios, de bueiro / boca de lobo, rampa para cadeirante, e arborização.

Comentários finais

Para cada um dos indicadores aqui utilizados, o quadro 1 situa a posição de São Paulo em relação às demais cidades com mais de um milhão de habitantes. Em azul, aparecem assinaladas cidades que apresentam melhor desempenho que o de São Paulo em cada uma das variáveis, de forma a ilustrar o que aqui se procurou evidenciar.

Quanto às quatro variáveis econômicas, São Paulo fica entre a 2ª e a 4ª posições na comparação com as demais 15 cidades. Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre

Quadro 1 - Posição de São Paulo em relação aos demais municípios segundo os indicadores selecionados

Indicadores selecionados		posição – São Paulo	Rio de Janeiro	Salvador	Brasília	Fortaleza	Belo Horizonte	Manaus	Curitiba	Recife	Porto Alegre	Belém	Goiânia	Guarulhos	Campinas	São Luís	São Gonçalo
Indicadores econômicos	PIB <i>per capita</i> (2009)	2º															
	Expansão do emprego 2007-2012	4º															
	Empregos / PIA (2012)	4º															
	Receita municipal <i>per capita</i> (2011)	3º															
Indicadores sociais (2010)	Taxa de pobreza	7º															
	Pobreza extrema	8º															
	Moradores aglomer. subnormais	5º															
	Domicílios não-adequados	3º															
	Mortalidade Infantil	11º															
	Mortalidade causas externas (15-29)	1º															
	Trabalho infantil – evolução 00-10	11º															
	Trabalho infantil – incidência	8º															
Indicadores urbanísticos (2010)	Identificação logradouro	3º															
	Iluminação pública	7º															
	Pavimentação	3º															
	Calçamento	2º															
	Meio-fio / guia	3º															
	Bueiro / boca de lobo	9º															
	Rampa para cadeirante	6º															
	Arborização	7º															
	Esgoto a céu aberto	6º															
	Lixo nos logradouros	5º															

Legenda:
■ Município com indicador melhor que o de São Paulo
■ Município com indicador pior ou igual ao de São Paulo

também apresentam taxas que as destacam positivamente, com indicadores melhores que os de São Paulo em duas das quatro variáveis em questão.

Quanto aos oito indicadores sociais considerados, São Paulo ocupa posição de liderança positiva apenas em relação à mortalidade por causas externas na população infanto-juvenil (15 a 29 anos). Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia apresentam melhores indicadores que São Paulo em cinco das oito variáveis consideradas, enquanto Campinas a supera em quatro variáveis, e Recife, São Luís e São Gonçalo em três.

Tendência similar pode ser observada quanto aos indicadores urbanísticos. São Paulo está entre as três cidades que apresentam os melhores índices em quatro das 10 variáveis. Mas, nas demais seis variáveis, as posições ocupadas pela cidade são de menor destaque, situadas entre a 5ª e a 9ª posições, conforme o indicador utilizado. Considerado o conjunto das 10 variáveis urbanísticas, Goiânia apresenta melhor desempenho que São Paulo em nove indicadores, Belo Horizonte em oito, e Brasília em cinco.

(1) Embora não seja um município, Brasília está incluída no conjunto dos 16 “municípios” com mais de um milhão de habitantes, com exceção do indicador relativo à receita per capita (tabela 1), por ser neste caso inadequada a comparação entre municípios e o Distrito Federal.

(2) Os dados disponibilizados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED (Ministério do Trabalho e Emprego, 2012) são bastante úteis para uma aproximação do que vem ocorrendo no mercado de trabalho para os fins aqui propostos já que são disponibilizadas informações bastante atualizadas relativas a cada município brasileiro. Mas esta fonte tem como limite o problema da subdeclaração dos empregos no setor “administração pública”. Por isso, para melhor comparabilidade, optou-se por considerar, para os dados apresentados na tabela 1, apenas o emprego formal no setor privado, subtraindo-se os números relativos ao setor “administração pública”.

Referências:

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010 – aglomerados subnormais: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010(a).
- _____. Censo demográfico 2010 – características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011(a).
- _____. Censo demográfico 2010 – características urbanísticas do entorno dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2010(b).
- _____. Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2011. Diário Oficial da União, 31 ago. 2011(b).
- _____. Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2012. Diário Oficial da União, 31 ago. 2012.
- _____. Produto Interno Bruto dos Municípios: 2005-2009. Rio de Janeiro: IBGE, Série Contas Nacionais, n. 36, 2011(c).
- Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Execução Orçamentária dos Estados (1995-2011). Brasília: STN, planilha, 2012(a). Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 29 set. 2012.
- _____. Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios – ano 2011. Brasília: STN, v. LVII, ago. 2012 (b).
- Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS. Informações de saúde – estatísticas vitais: óbitos por causas externas (2010). Brasília: Datasus, 2012. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>. Acesso em: 26 set. 2012.
- Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED: perfil do município. Brasília: MTE. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/caged/estatisticas.htm>>. Acesso 29 set. 2012.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Gilberto Kassab
Prefeito

Miguel Luiz Bucalem
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Domingos Pires de Oliveira Dias Neto
Secretário-adjunto

Eduardo Mikalauskas
Chefe de Gabinete

José Marcos Pereira de Araujo
Diretor do Departamento de Estatística e Produção de Informação

Informes Urbanos
Coordenação Técnica
Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão

Equipe Técnica Akinori Kawata André de Freitas Gonçalves José Benedito de Freitas Juliana Colli Munhoz Liane Lafer Schevs Marcos Toyotoshi Maeda Maria Isabel Rodrigues Paulino Maria Lucia da Silveira Maria Raimunda Marinho Marcia Regina Alessandri Maysa Miguita Paulino	 Olimpio Bezerra Campos de Souza Regina Magalhães de Souza Ricardo de Miranda Kleiner Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão Silvio Cesar Lima Ribeiro Tokiko Akamine Editoração André de Freitas Gonçalves Estagiários Pamela Almeida Alves Leandro Alves Gomes Luís Fenando Chiu Mariano da Silva
---	--

http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/informes_urbanos